



Programa de Educação Integral: Colonização da Escola pela Cultura Empresarial

Integral Education Program: Colonization of the School for Corporate Culture

SOUZA, Rosivaldo dos Santos. Mestrando/Licenciado em Filosofia.

Secretaria de Educação e Cultura - PE - EREM Antônio Padilha. Telefone (87) 3864-9043 / e-mail: rosivaldosouza33@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, que alerta sobre o Programa de Educação Integral (PEI) como ideologia contemporânea da competência. O objetivo é refletir sobre alguns conceitos e marcas que fazem desconfiar de uma arremetida ideológica sobre as escolas de referência (EREM) pernambucanas que, sob a justificativa da qualidade necessária, vem formatando seu sistema educacional através da cultura empresarial. O objeto da pesquisa é o PEI, amparado na Tecnologia Empresarial Aplicada a Educação para Resultados (TEAR) e na Educação Interdimensional, discutidos através dos conceitos de ideologia e hegemonia gramscianos, sob aportes da Teoria do Discurso. Confrontando com as categorias conceituais de Antônio Gramsci, ideologia e hegemonia, ampliados pela Teoria do Discurso, analisaremos o PEI em suas duas dimensões: a gestão escolar racionalizada sob o signo do TEAR e a formação humana segundo a Educação Interdimensional. Em conclusões parciais, as inferências apontam: 1. Na direção de uma escola alvo da cultura empresarial, colocada como resposta eficaz ao problema da baixa qualidade educacional; 2. Na direção de uma escola que apresenta a necessidade de se formar um novo tipo humano, declarando dessa forma a historicidade e a politização da educação; 3. Na direção de uma hegemonização discursiva, fundada em princípios e valores próprios do agente econômico empresarial.

Palavras-chave: Educação Interdimensional; TEAR; Ideologia e Hegemonia; Teoria do discurso.

ABSTRACT

This work is part of an ongoing research that warns about the Integral Education (IE) as a contemporary ideology of competence. The goal is to reflect on some concepts and brands that distrust a rush ideology about the reference schools (EREM) in Pernambuco that, under the justification of necessary quality, has been shaping its educational system through of corporate culture. The research object is the IE, supported by Business Technology Applied to Education for Results (TACR) Interdimensional Education, discussed through the concepts of ideology and hegemony gramscianos, under the contributions of the Discourse Theory. Confronting the conceptual categories of Antônio Gramsci, ideology and hegemony, amplified by the Discourse Theory of Speech, we will analyze the IE in its two dimensions: streamlined school management under the sign of TAER and human formation according to Interdimensional Education. In partial conclusions, the inferences point: 1. Towards a school targeted by business culture, posed as an effective response to the problem of low quality educational; 2. For a school that presents the need to form a new human type, thus declaring the historicity and politicization of education; 3. Towards a discursive hegemonization, founded on principles and values of the economic business agent.

Key words: Interdimensional Education; TEAR. Ideology. Hegemony; Discourse Analysis Theory.



1. Introdução

A escola não é mecanismo de colonização política e conformação ideológica, mas sim aparelho de hegemonia. Esse trabalho é parte de uma pesquisa em andamento que suspeita da filosofia institucionalizada na educação básica de Pernambuco, Programa de Educação Integral, como ideologia contemporânea da competência, orientada pelos conceitos da TEAR e da Educação Integral. Ele também assume, de início, a concepção de homem e de mundo como sendo resultado de uma luta travada entre discursos que buscam o controle majoritário do Estado Integral.

O objetivo é refletir sobre alguns conceitos e marcas identitárias que fazem desconfiar de uma arremetida ideológica sobre as escolas de referência (EREM) pernambucanas que, sob a justificativa da qualidade necessária, tenta desde 2008, através da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, como política pública, formatar a educação básica nos moldes do Programa de Educação Integral e da filosofia empresarial. Esse modelo de gestão escolar, amparado na chamada Tecnologia Empresarial Aplicada a Educação para Resultados (TEAR), faz-nos desconfiar de que seja um reflexo tardio do que Gramsci chamou de Americanismo fordismo, em seu esforço filosófico para formar um novo operário, mais disposto e afeiçoado física e espiritualmente às novas condições de trabalho. Ou melhor, expansão da cultura organizacional de empresa, como tentativa de ampliação e naturalização da concepção ideológica neoliberal na hora de se conceber o ser humano. Novos tempos exigem novos homens. Em *Revolução passiva e americanismo*, Vianna (2007) nos fala da correlação existente entre estrutura e superestrutura e de como esta também sofre a influência da racionalização, formando assim uma nova subjetividade.

Tendo em vista uma abordagem filosófica bem definida, a filosofia da práxis, a pesquisa analisa a modernização da educação básica de Pernambuco, vista atualmente como signo de superação de um modelo escolar ineficiente. Entendida como necessária, demonstraremos sua ligação com os aportes filosóficos da competência empresarial que, para nós, compõe o interesse do capital em se apropriar do público através da colonização de espaços da sociedade civil, como a escola, para expandir, fortalecer e acomodar seu discurso e, assim, constituir um novo tipo humano.

Diversos documentos são considerados durante a pesquisa para sustentar sua proposta: o Parâmetro Curricular da Educação Básica de Pernambuco; a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008; a Lei 11.684, de 2 de junho de 2008; o artigo 36 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, são alguns dos aportes legais que esclarecerão a origem normativa e os conceitos-chave que justificam legalmente a instalação desse modelo de educação.

Lembremos que não são esses marcos legais que dão origem conceitual à filosofia empresarial escolar, mas eles refletem um discurso longínquo que chega com intenção de controlar e disciplinar segmentos da sociedade civil. Não entendemos o Estado e suas instituições como sendo fontes de poder e dominação exclusivas, mas sim ambientes de disputas entre as ideologias que conflitam entre si e que desejam dirigir e dominar a sociedade dos homens e das coisas por meio de sistemas normatizadores e dos aparelhos de hegemonia. Porém, ao tentar sua arremetida colonizadora, os discursos confrontam-se com outros que já estão precariamente fixados, remetendo a um processo



dialógico que acaba dando origem inevitável a novos sentidos e significados, novas leituras e releituras, novas contestações e resistências, novas justificações e apoios. O ser humano é sujeito ativo na produção de si mesmo. Consciente ou inconscientemente ele assume ou rejeita os discursos, fato que também se aplica a gestores, professores e alunos.

A ética que se impõe na sociedade contemporânea é a burguesa, e suas marcas podem ser vistas na aceitação da economia de mercado, no Estado mínimo, no trabalho como mercadoria, na formação de capital humano, na sociedade de classes e na propriedade privada dos meios de produção. Mas, ao que nos parece, o *modus vivendi* já naturalizado debilita novas compreensões da realidade e tenta impor essa construção histórica como sendo resultado inevitável e necessário à vida. Essa ação ideológica que terraplana o chão que pisamos se propõe a constituir nossa subjetividade e nossa identidade coletiva sob a perspectiva de tornar as coisas naturais. Profanar essa naturalização e desvelar essa luta pela dominação disciplinar da realidade aparecem nesse trabalho como resposta à sua hipótese.

Sabendo que existe uma disputa em curso pelo controle regulador da sociedade em geral, apontamos, em destaque, para a educação como ambiente de disputas das classes sociais antagônicas e para os discursos que penetram os espaços da sociedade civil, fazendo aliados e militantes, conscientes e inconscientes, para seus propósitos de hegemonia.

A cultura organizacional do Programa de Educação Integral de Pernambuco, gerida por uma perspectiva que elegeu a racionalização empresarial da gestão escolar como seu modo operacional, pressupõe uma escalada evolutiva em direção ao sucesso como sendo comum a todos que adotarem esse “modo de vida”.

Nas palavras de Ivaneide Lima, a função do TEAR é explicada da seguinte forma:

O papel do TEAR é contribuir na construção de uma escola com capacidade de preparar líderes e liderados para assumirem postura empresarial, envolvendo: planejamento, execução, avaliação e correção dos desvios, em tempo hábil; de se enxergar e se sentir como empresa produtora de riquezas morais e, indiretamente, riquezas materiais; de formar cidadãos éticos, aptos a empresariar suas competências e habilidades. Enfim, a escola que enxerga o aluno em sua inteireza e, ao mesmo tempo, em sua incompletude, capaz de formar novas gerações de líderes, de superar a expectativa da comunidade e de apresentar resultados ao investidor social, devendo, necessariamente, motivar o estudante a ser parceiro na construção de seu projeto de vida e conscientizar os pais ou responsáveis do seu papel de educadores familiares e, também, parceiros deste empreendimento (LIMA, 2011, p. 13).

Parece-nos que não somente a direção escolar deve ser gerida sob orientação da filosofia empresarial, mas toda a escola, como se fossem empresas que, para disputarem espaço no mercado, precisam ser competentes, habilidosas, eficientes e produtivas diante de um mercado exigente e de uma sociedade que lhes cobra uma devolutiva em relação ao investimento.

Essa escola que se diz capaz de qualificar o estudante e capacitá-lo para o sucesso é a mesma que, ao introduzir, ou não, o indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho, naturaliza sua condição, explicando de maneira lacunar o porquê do seu êxito ou do seu fracasso. Lacunar porque desconsidera o caráter fechado do seu modelo educacional, no qual os princípios da cultura empresarial são fixos



e os homens são maleáveis, formatáveis. Se houver “erros e desvios”, não é do modelo, mas de quem o opera. Porém, chamar de “erros e desvios” o caráter significativo que constitui a humanidade, é uma tentativa de estabelecer e fixar um discurso que se impõe como modelo operacional da vida e que nega os outros discursos diferentes.

Segundo Christian Laval, a eficiência é a tônica no mundo empresarial e ela deve compor não somente a espinha dorsal das empresas, mas também das outras instituições que se dispõem a produzir riqueza, entre elas a educação.

“Modernização, “eficiência”, “avaliação”, “novas tecnologias”, todos esses temas dependem intimamente das pressões exercidas sobre o sistema educacional e constituem tarefas atribuídas a este último pela lógica do novo rumo das sociedades. Em uma frase, seu significado e seu emprego são largamente determinados pelas forças determinantes que movem as sociedades hoje. [...] A “reforma” não é apenas moderna: seu sentido primeiro, sua razão última, é a concorrência mundial dos capitalismo. Sua manifestação é a predominância e o poder cada vez maior de especialistas, administradores e “calculistas”, que tendem a monopolizar a fala legítima sobre a educação. (LAVAL, 2019, p. 194).

Dizeres eloquentes que nos chegam aos ouvidos em palestras e simpósios de formação profissional na área da educação, tão presentes em nossos dias, e que trazem a tese da necessária superação do distanciamento entre educação do século XIX, professor do século XX e aluno do século XXI, tem passado a nossa prática didático-pedagógica na forma de gestão para resultados; de desenvolvimento e gestão empresarial de competências e habilidades; de uso das tecnologias da informação e comunicação. Essa visão de mundo que se impõe, não somente nas escolas pernambucanas, mas também em vários outros seguimentos da sociedade, carrega consigo pelo menos um paradoxo: “melhorar a humanidade” naturalizando o sucesso e o insucesso dos indivíduos.

Aqui está a importância dessa pesquisa. Dentro do movimento histórico dialético das sociedades, existe uma correlação de forças que projetam a educação e implementam sua fabricação. Acreditamos que a escola pode, e deve, ser mais que fábrica fornecedora de peças de organização demográfica, mais que fábrica de capital humano.

O Programa de Educação Integral idealiza uma formação total do estudante e sua preparação adequada para um mundo que exige aperfeiçoamento constante dos seus indivíduos. Nas palavras de Paulo Dutra,

A fundamentação teórico-metodológica da Política da Educação Integral de Pernambuco, desenvolvida pelas escolas, é baseada na Educação Interdimensional, filosofia defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa (2001). Para a sua implantação nas escolas pernambucanas, o conceito foi reestruturado pelo próprio autor.

Sua proposta defende o desenvolvimento humano sustentado em quatro dimensões: o logos, o pathos, o mythos e o eros, ou seja, a racionalidade, a afetividade, a espiritualidade e a corporeidade (COSTA, 2008). Nesse contexto, passa-se a perceber e a trabalhar com o educando compreendendo a integridade e a complexidade de sua humanidade. (DUTRA, 2014, p. 45-46).

A formação integral do indivíduo, acompanhada de uma lista particular de valores assumidos como fundamentais, vistos nos manuais do PEI, declara que há um caminho possível para o sucesso



quando delimita o modelo a ser seguido, a cultura empresarial, e os princípios que determinam isso, o TEAR e a Educação Interdimensional.

Um mercado globalizado, competitivo e de livre iniciativa acaba pressionando os Estados nacionais a melhorarem quantitativa e qualitativamente seus estoques de capital humano. Mesmo não sendo a única exigência das grandes organizações econômicas, a formação de capital humano é fator significativo na hora de escolher mão de obra qualificada que atenda às novidades do setor produtivo.

2. A filosofia na educação para uma realidade contingente

Tendo em vista as várias possibilidades e sentidos que possam lhe ser atribuídos, é preciso delimitar a concepção de filosofia nesse trabalho. Assim, começamos esclarecendo o que é filosofia através do filósofo Antônio Gramsci, principal interlocutor para essa demanda atual, que vai aqui associar o entendimento de filosofia à ideia de política.

O entendimento inicial que Gramsci possui sobre filosofia é aquela tradicional, amparada no idealismo, porém com enfoque em seu uso político. Ele avança em seus estudos para outro entendimento, no decorrer da sua trajetória de pensador; insatisfeito, começa a trabalhar sobre uma visão independente para a filosofia marxista e, dessa forma, tenta superar as chamadas “velhas filosofias”, amparadas em idealismos assépticos e cândidas abstrações.

A tentativa filosófica de explicar a realidade e responder suas contradições a partir de um trabalho teórico que se distancia ou desconsidera a vida vivida historicamente, descartando a ação deliberada do homem e seu poder social de transformação e ressignificação, segundo o autor ainda está afeita à metafísica unitarista, anti-historicista e dogmática, uma espécie de religião. Nas palavras de Antônio Gramsci,

O que é a filosofia? Uma atividade puramente receptiva ou quando muito ordenadora, ou uma atividade absolutamente criadora? Deve-se definir o que se entende por “receptivo”, “ordenador”, “criador”. “Receptivo” implica a certeza de um mundo exterior absolutamente imutável, que existe “em geral”, objetivamente, no sentido vulgar do termo. “Ordenador” aproxima-se de “receptivo”: se bem que implique uma atividade do pensamento, esta atividade é limitada e estrita. Mas o que significa “criador”? Significará que o mundo exterior é criado pelo pensamento? Mas por qual pensamento e de quem? Pode-se cair no solipsismo e, na realidade, toda forma de idealismo cai necessariamente no solipsismo. Para escapar ao solipsismo, e, ao mesmo tempo, às concepções mecanicistas que estão implícitas na concepção do pensamento como atividade receptiva e ordenadora, deve-se colocar o problema de modo “historicista” e, simultaneamente, colocar na base da filosofia a “vontade” (em última instância, a atividade prática ou política), mas uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza na medida em que corresponde às necessidades objetivas históricas, isto é, em que é a própria história universal do momento da sua realização progressiva (GRAMSCI, 2017, v. 1, p. 202).

A filosofia, enquanto criação da realidade, não age de maneira independente; pelo contrário, precisa de uma aceitação majoritária de indivíduos que a acolham autonomamente e, desse jeito, sua atuação, como criadora de realidade e subjetividades, será garantida. A capacidade do Estado de fazer uso do sistema de ensino como aparelho político de formação é muito importante. A escola,



como aparelho de hegemonia, contribui na constituição e fixação do discurso dominante encrustado no Estado de direito.

A formação de novo exército de trabalhadores, ético e tecnicamente preparado para as demandas da sociedade capitalista, torna-se ideal da escola nesse contexto. Sob o aparato de organismos financeiros, um tipo de investidor social do sistema educacional, as escolas trabalham na direção da formação de capital humano adequado às novas orientações.

Antônio Gramsci, discorrendo sobre o caráter criativo da filosofia, diz:

[...] Ao que parece, somente a filosofia da práxis realizou um passo à frente do pensamento, com base na filosofia clássica alemã, evitando qualquer tendência para o solipsismo, historicizando o pensamento na medida em que o assume como concepção do mundo, como “bom-senso” difuso no grande número (e esta difusão não seria concebível sem a racionalidade ou historicidade) e difuso de tal maneira que se converte em norma ativa de conduta. Deve-se entender criador, portanto, no sentido “relativo”: no sentido de pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e, em consequência, da própria realidade, que não pode ser pensada sem a presença deste “maior número”. Criador, também, no sentido em que ensina como não existe uma “realidade” em si mesma, em si e para si, mas em relação histórica com os homens que a modificam (GRAMSCI, 2017, v. 1, p. 202-203).

Aqui ele trata da instalação, por meio do bom-senso e, posteriormente, do consenso, de uma ética que se tornará uma cultura, uma concepção de mundo, um *modus vivendi*. Nesse processo, o Estado cumpre um papel educador. Antônio Gramsci, em seus cadernos miscelâneos, diz que

A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, eticidade do direito e do Estado). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes, ou seja, a ampliar “técnica” e ideologicamente sua esfera de classe: a concepção de classe fechada. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador”, etc. (GRAMSCI, 2017, p. 275).

O capitalismo globalizado, através do Estado e da sociedade civil sob sua influência majoritária, além de fortalecer o sonho de pessoas e nações periféricas de serem parte bem-sucedida nessa trama social envolvente e persuasiva, justifica sua incapacidade e exclusão das benesses que goza aquele grupo seletivo e competente que se esforçou e se empenhou em satisfazer as exigências do mundo moderno. Qual seria a maneira de justificar essa realidade desigual? Um discurso constituído para fixar uma visão de mundo fundamentada na competência dos mais adequados às novas exigências do mundo em transformação. Seleção natural das espécies, ou simplesmente aprimoramento dos indivíduos em termos de capital humano para fins de competitividade empresarial? O PEI é uma tentativa de formatação do homem ideal que, em sua incompletude, ou seja, em seu caráter precário negativado, está sempre disposto a mudar para alcançar o sucesso na vida o que, para a cultura empresarial, é um negócio.

Diferentemente do que muitos pensam, a filosofia, no currículo da educação básica, possui



um sentido que extrapola o ensino de conteúdos peculiares da sua história. Ela está também na estrutura do sistema educativo alimentando a sua forma, o seu conteúdo e seu ideário de formação humana e social. Observando a Lei 11.684 de 02 de junho de 2008, que estabelece a obrigatoriedade da filosofia no ensino médio, vemos mais uma tentativa na direção de institucionalizar e fixar sua presença no sistema educacional brasileiro, com um objetivo já estabelecido de antemão: o ensino de filosofia para o exercício da cidadania. Parece-nos que esse objetivo, estipulado por essa e outras legislações que determinam a posição e a finalidade da filosofia no currículo, obedece aos ditames de uma posição político-filosófica dominante e de um discurso que já está posto e naturalizado no meio social.

A filosofia como disciplina escolar, presente em um currículo delimitado, que possui tempo inferior comparado às demais disciplinas, que supervaloriza sua história, que é ministrada por muitos professores sem formação específica na área, que tem o propósito da cidadania arbitrado pelo senso comum e que não possui cadeira cativa na educação básica, é diferente da filosofia que possui uma visão de realidade racionalizada e fundamentada em aportes lógico-argumentativos e que preside sua inserção disciplinada no sistema de relações sociais para fins de hegemonização discursiva de uma cultura particular que defende como sendo necessária e universal. Parece-nos que existe uma concepção filosófica das coisas que opera e justifica a realidade hegemonicamente, esvaziando as concepções que lhes são contrárias e opostas, ao mesmo tempo que agrega valor àquelas que lhes são propícias e oportunas. É dessa última que tratamos nessa pesquisa.

3. Hegemonia e Ideologia

Outras categorias conceituais que precisamos esclarecer aqui são ideologia e hegemonia. Faremos uma pergunta, com base no que foi exposto até aqui, com o intuito não apenas de tornar mais claro e transparente o sentido desses conceitos, mas também de posicionarmos a nossa suspeita sobre a Educação Integral e Interdimensional e a tecnologia empresarial.

A questão parte da afirmação sobre a capacidade de uma criação filosófica, ou melhor, de um sistema lógico-argumentativo tornar-se amplamente aceito por um grupo majoritário de pessoas, constituindo uma ética, uma cultura, uma concepção de mundo em uma determinada sociedade. Falando da importância que Gramsci atribuía à filosofia nessa perspectiva, Geraldo Augusto Pinto ressalta:

É talvez até mesmo redundante situá-lo entre os que com mais clareza resgataram o alcance teórico da obra de Marx em diversas frentes do conhecimento, reafirmando, aliás contundentemente, a supremacia da filosofia como instrumento prático e revolucionário, em face do perigoso idealismo presente na suposta neutralização axiológica com que se autoafirma a ciência moderna (PINTO, 2008, p. 1).

Como tornar uma filosofia, enquanto concepção de mundo e de homem, preponderante e majoritária? A resposta de Gramsci a essa questão passa, necessariamente, pelas categorias hegemonia e ideologia. Porém, é bom salientar que, apesar de seguirmos nessa compreensão gramsciana para esses conceitos, avançamos com eles sob aportes da teoria do discurso.



Todo fundamento político estrutura-se discursivamente quando se hegemoniza, ou seja, quando determinada posição política particular passa a representar os mais variados setores da sociedade. Assim, a hegemonia é o momento da decisão política, da sedimentação de determinado discurso [...] Toda hegemonia pressupõe uma contra-hegemonia e ambas só podem ser conhecidas no momento em que essas práticas políticas surgem como tais. (MENDONÇA, 2014, p. 138).

A impossibilidade da decisão é tomada e concretizada quando o vácuo do inominável está diante da humanidade. De outro jeito, a fixação objetiva da realidade contingente, a novidade existencial, o não simbolizado, o caos aparece diante dos discursos significantes ganhando sentido organizacional e possibilitando a vida social. Tudo que mantém contato com o ser humano é dotado de sentido, de identidade. Citando Laclau, Mendonça diz (2014) que “O real não é realizável por si, mas prescinde de objetivações discursivas [...] Fora do contexto discursivo, os objetos não têm ser, somente existência”. Não sendo possível a fixação completa e fechada do objeto pelo discurso, o que nos resta é o caráter precário, aberto e histórico dessa realidade sempre contingente.

Sobre hegemonia

Partindo dessa premissa, na qual um sistema filosófico pode ser constituído como concepção de mundo e virar uma ética de Estado, ou seja, um elemento conceitual instalado efetivamente e legalmente presente nas instâncias da sociedade civil e política, Gramsci desenvolve a categoria conceitual da hegemonia. Suas primeiras observações sobre esse elemento aparecem associadas à ideia de preeminência e supremacia, e sempre ligadas à ideia de política.

Com o tempo, os Cadernos Carcerários apresentam uma concepção de hegemonia mais estrita e associada a direção e a domínio. Gramsci irá associar essa categoria conceitual a outras que farão um enlace teórico complexo que redundará naquilo que marca sua posição filosófica referente ao materialismo histórico-dialético, ou seja, à superação da interpretação majoritária em seu tempo dos escritos de Marx sobre estrutura e superestrutura. O economicismo será profanado pelo filósofo. Segundo Roberto Finelli,

[...]Gramsci começa a compreender que o americanismo significa produção de toda uma organização social, em seu nexos articulado de plano material, plano relacional-social e plano ideológico-simbólico, a partir da centralidade da fábrica: isto é, que na produção capitalista existe uma capacidade de difusão do valor do capital - no sentido tanto econômico quanto moral que o conceito *valor do capital* aqui assume - a todo corpo social. E, justamente por isso, as páginas de *Americanismo e fordismo* representam um dos testemunhos mais elevados da inteligência de Gramsci: e isto a ponto de levá-lo a problematizar em seguida o papel dos intelectuais, compreendendo que aqui a questão da hegemonia se põe de modo mais direto e com menos complexidade de mediações do que no velho capitalismo europeu: “A hegemonia nasce da fábrica - escreve sempre no caderno 22 - e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (FINELLI, 1997, p. 3).

Vemos como o capital trabalha para difundir seus valores sobre a sociedade. As formas e meios



de coerção e convencimento para difusão desses ideais são múltiplos e variados. Essa pesquisa tem entendido, até aqui, que o Programa de Educação Integral de Pernambuco tem servido a esse interesse de hegemonia, tanto em aspectos de modo de trabalho como de ideal político de formação humana. Segundo Juarez Tarcício Dayrell,

A escola, como espaço sócio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante de espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo [...] (DAYRELL, 2010, p.97).

Parece-nos que esse diálogo entre as partes citadas acima tende a se conformar na medida em que a gestão da escola estreita seu laço com as instâncias deliberativas do “Estado de direito”, através do TEAR.

Essa gestão racionalizada da educação não é pura imposição de normas e leis sobre a unidade escolar. Ela é uma ação programática na qual a escola e o sistema educacional não são duas dimensões em diálogo democrático, mas um corpo em constante interação em torno de parâmetros de controle e correção.

O estabelecimento de metas, o planejamento de fases e processos, a busca metódica e sistemática por resultados acordados, a avaliação periódica, a intervenção corretiva, o incentivo financeiro do trabalho eficiente, a standardização e classificação das escolas e regências competentes são elementos compartilhados no corpo inteiro do sistema. Gestores, professores e alunos dividem responsabilidades e respondem pelos resultados obtidos. Nessa perspectiva, a escola e seus sujeitos, independentemente da sua interação com o sistema normativo, acabam colonizados por um tipo novo de ideologia que lhes atribui corresponsabilidades e lhes impõe sanções, em caso de desvios, e bonificações em caso de acertos. Nesse contexto, a troca de experiências é inevitável.

Essa ação educadora do Estado sobre a comunidade escolar não é uma via de mão única. Os indivíduos que compõem essa instituição social não são, e não podem ser, sistemas operacionais sempre à disposição de formatadores e programadores da realidade social. Como na mitologia, a humanidade transita pela realidade precariamente fixada, com sujeitos históricos transformando e dando sentido a tudo que toca, inclusive ao PEI.

Sobre ideologia

Para Gramsci, na luta pela hegemonia que ocorre na sociedade civil, atuam os chamados intelectuais orgânicos. Ele atribui a esses intelectuais as funções de organização da classe social aliada e domínio da classe social adversária. Nesse panorama de elaboração teórica aparecem as instituições hegemônicas associadas a esses pensadores. Guido Ligouri e Pasquale Voza apontam, da seguinte maneira, as primeiras ideias gramscianas sobre os intelectuais:



[...] G. desenvolveu um ulterior agente da influência hegemônica, representado pelo intelectual [...] o peso dos intelectuais conhece um notável incremento a partir do Q 4, 49, com a ampliação do próprio conceito, que se estende até compreender, além dos intelectuais profissionais, industriais, cientistas, eclesiásticos, empregados e assim por diante, e chegando a concluir, na segunda redação do Q 12, 1, 1.516 [CC, 2, 15], que ‘todos os homens são intelectuais’, embora ‘nem todos os homens tenham na sociedade a função de intelectual’. Desde o Texto A (Q 4, 49, 476) é atribuída aos intelectuais ‘uma função na hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e no domínio sobre ela que se encarna no Estado, função essa que é exatamente ‘organizativa’ ou de ‘conexão’ (LIGOURI, VOZA, 2017, p. 367).

Sabemos que todos esses intelectuais estão espalhados por toda a malha do Estado Integral. Todos eles coexistem nas várias instituições que compõem essa malha, exercendo funções variadas. Os que são intelectuais orgânicos da classe dominante exercem a dupla função dirigente e dominação, ou seja, ocupam os vários sistemas hegemônicos ensejando organizar e cooptar os vários grupos sociais. Já no bloco histórico subalterno, não hegemônico, também presente nessa malha social, atuam esses intelectuais como dirigentes e captadores dos grupos aliados. Dito dessa forma, até parece um delineamento bem compartimentado de intelectuais que atuam necessariamente de um lado ou de outro na conjuntura de luta pela hegemonia. Mas não é assim que ocorre.

Segundo Luiz Werneck Vianna,

O personagem de Gramsci não é um ser que emerge lisamente do campo da estrutura para o das supra-estruturas por meio de uma simples derivação da sua identidade social. Entre uma e outra está a política. Não a política como mera projeção unilateral de uma vontade, e sim uma política realista, consciente de que deve se afirmar e avançar em terreno minado e sob domínio do seu adversário, que o deseja persuadir, incorporar, “decapitar” suas lideranças, e que o inibe e constrange permanentemente com os recursos coercitivos de que dispõe (VIANA, 2007, p. 20).

Está aqui a importância do intelectual orgânico para Gramsci: a classe subalterna precisa conceber sua própria visão de mundo e torná-lo operacional. O Estado não é a casa da ideologia hegemônica, mas trincheira de combate aos adversários da “maioria” legitimados pela democracia burguesa, e proteção legal dos agregados convencidos ou coagidos pelos aparelhos de ideologia.

“A ideologia é materializada no discurso. Discurso, por sua vez, não deve ser entendido como simples reflexo de conjuntos de textos ou falas, numa dimensão meramente linguística. Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não material e/ou ideal. Discurso é prática - daí a ideia de prática discursiva - uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo, simbólico, sobredeterminado. Não aparece como algo a ser desvendado, desvelado - como se fosse possível alcançar a verdade na sua forma mais transparente e final [...] O real, como possibilidade de ser perscrutado, conhecido verdadeiramente, como uma positividade transparente, é uma impossibilidade, tendo em vista que esse é significado de diversas maneiras, a partir das lentes sobredeterminadas dos sujeitos.” (MENDONÇA, 2014, p. 149).

O discurso significa e dá sentido à existência em seu entorno. Os conceitos que são lançados



e atribuídos às coisas acabam servindo de base e suporte para novas elucubrações e novas interpretações. A realidade posta discursivamente, ou seja, dotada de sentido majorado, não está imune a novas, velhas ou até futuras significações ou ressignificações. Esse jogo dinâmico e eterno de dotação de sentido das coisas é parte necessária das relações humanas conflituosas. É nesse embate dialético e articulatório entre os discursos que nasce e/ou morre o ser das coisas. Como diz Mendonça (2014) sobre a dimensão ontológica do discurso, “ele nomeia o ser da existência, uma vez que a existência necessita necessariamente de uma série de relações simbólicas para alcançar o *status* de ser e isso somente é possível a partir de uma articulação discursiva.”

Muitos intelectuais que originalmente perfilaram os batalhões da militância progressista hoje se encontram ao lado do exército inimigo. Esse poder de convencimento que a ideologia hegemônica exerce foi motivo de reflexão para Gramsci. Em sua nota dos cadernos miscelâneos intitulada *Risorgimento - O Transformismo*, o autor traz sua análise sobre esse movimento de cooptação da liderança subalterna presente na chamada revolução passiva. Mas, como diz Leandro Konder,

Nenhum marxista antes de Gramsci havia reconhecido uma importância política tão grande na batalha das ideias, nos conflitos culturais. Para o teórico italiano, o avanço e a consolidação do movimento dos trabalhadores [...] depende de uma sempre difícil “guerra de posições” [...] (KONDER, 2001, p. 8).

Descrevendo a importância que Gramsci atribui à ideologia como constituinte de todo bloco social, Ana Alves (2010) diz que “ele afirma que o problema de toda concepção do mundo que se transformou em movimento cultural, produzindo uma atividade prática, é justamente conservar a unidade ideológica de todo bloco social”.

Antônio Gramsci prossegue com o conceito de Lênin sobre hegemonia, mas retira a exclusividade da coerção da sua constituição e agrega a estratégia duma classe dirigente para construir um consenso entre as massas. Seria nessa elaboração que Gramsci amplia o conceito de hegemonia, instalando o aspecto diretivo da cultura e da ideologia (ALVES, 2010). Para ele, continua Ana Alves (2010) sobre “o princípio teoria-prática” gramsciano, “um movimento filosófico que pretenda ter alguma solidez cultural deve evitar essa separação entre os intelectuais e a massa”.

A escola, depois de superar seu caráter exclusivista e adotar, nos anos 1930, o lema discursivo voltado para a “educação pública, gratuita e de qualidade”, tem sido um dos melhores aparelhos de hegemonia do discurso dominante, com enorme potencial de aproximação entre os intelectuais e a massa de futuros “cidadãos trabalhadores”.

Conclusões

Sendo uma pesquisa em andamento, só podemos falar em conclusões parciais. A primeira delas aponta o caráter fundacional do TEAR e seu aspecto universalizante, defendidos como princípios não somente instrumentais, mas também como modo de vida organizacional.

A segunda situação, com visibilidade transparente, é o fortalecimento da escola por meio da ideologia da competência, como aparelho de hegemonia do Estado. A qualidade educacional apontada no PEI, chamada pelo TEAR de “negócio da escola”, é apresentada como resultado do trabalho fundamentado em parâmetros e princípios da Tecnologia Empresarial Odebrecht e nos pilares da



educação de Jacques Delors. Visando à formação cidadã do trabalhador competente, a educação escolar serve a interesses pré-definidos e naturalizados por um sistema discursivo que assume e propaga a escola como meio de acomodação e ordenamento demográfico social.

Já a terceira situação aponta na direção de uma necessária interpretação do objeto em estudo a partir de conceitos de Antônio Gramsci, ideologia e hegemonia, como sendo praticáveis nesse cenário de formação humana. Para ele, a formação de um bloco homogêneo de trabalhadores é possível através dos intelectuais orgânicos trabalhando em aparelhos de hegemonia. Essa visão fica mais clara para Gramsci quando o fordismo norte-americano começa a apresentar inovações que acabarão exigindo não somente uma qualificação técnica do trabalhador, mas também uma nova forma de humanidade, uma nova forma de viver e encarar a realidade.

Referências bibliográficas

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/soberania-democracia-e-mudanca---ano-2010---no-80>. Acesso em: 05/02/2020.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A escola como espaço sócio-cultural**. Disponível em: https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola_esp%C3%A7o-socio-cultural.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

DUTRA, Paulo F. V. **Educação integral no estado de Pernambuco: uma política pública para o ensino médio**. Recife: UFPE, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 1.

_____. **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3.

KONDER, Leandro. Gramsci e a crítica da modernidade. **Jornal do Brasil**, 2 jun. 2001. Caderno Idéias-Livros, p. 8. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=135>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIGOURI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 294.

LIMA, Ivaneide Áurea A. P. **TEAR - Tecnologia empresarial aplicada à educação: gestão e resultados**. Olinda: Livro rápido, 2011.

MENDONÇA, Daniel de. **O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau**. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/memoria-e-historia---no91--ano-2014>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MONASTA, Attilio. **Antônio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosela. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 154 p.

PINTO, Geraldo Augusto. **O Gramsci de Americanismo e fordismo**. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=954>. Acesso em: 10 jan. 2020.



SOUZA, R. (2020)

Programa de Educação Integral: Colonização da Escola pela Cultura Empresarial

VIANNA, Luiz Werneck. **Revolução passiva e americanismo**. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=676>. Acesso em: 10 jan. 2020.